



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

**Parecer Técnico Conclusivo nº 03/2017/CTIL/CNRH/MMA**

**Assunto:** Processo SEI nº 02000.001255/2016-91 referente a alteração regimental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF.

**1. Histórico**

**1.1.** Trata-se do Processo nº 02000.001255/2016-91 referente a alteração regimental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, realizada por meio da Deliberação CBHSF nº 90, de 08 de junho de 2016.

**1.2.** A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos tomou conhecimento sobre o assunto, por meio do Ofício nº 215/2016/AA-ANA, de 4 de agosto de 2016. Foi emitida a Nota Técnica nº 32/2016/DRH/SRHU/MMA, de 30 de agosto de 2016, na qual solicitava a avaliação da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente.

**1.3.** Na 36ª Reunião Ordinária do CNRH, realizada nos dias 07 e 08 de dezembro de 2016, a matéria foi levada à ciência dos conselheiros. Na ocasião, a plenária deliberou pelo envio do processo a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL) que, por meio de seu regramento, se aprofundaria na referida questão.

**1.4.** Por recomendação médica, o presidente do CBHSF ficou impedido de viajar. Em virtude disso, o assunto somente foi deliberado na 140ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 30 e 31 de agosto.

**1.5.** Para subsidiar a avaliação da CTIL, o CBHSF encaminhou o Memorial apresentando as justificativas legais sobre as alterações promovidas no artigo 26 do seu Regimento Interno, objeto do processo em análise.

**2. Análise e Síntese das discussões**

**2.1.** O comando regimental gerou controvérsia com relação à Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, em especial, §1º do Art. 8º da Resolução, o qual rege que “os mandatos do Presidente e do Secretário dos Comitês de Bacia devem ser coincidentes, podendo ser reeleitos uma única vez”, não detalhando os mandatos parcialmente cumpridos.

*§ 1º Os mandatos do Presidente e do Secretário serão coincidentes, escolhidos pelo voto dos membros integrantes do respectivo Comitê de Bacia, podendo ser reeleitos uma única vez;*

**Deliberação CBHSF nº 90, de 08 de junho de 2016**

Art. 26. O CBHSF será dirigido por:

Diretoria Executiva – DIREX, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário;

Diretoria Colegiada – DIREC, constituída pela DIREX e pelos Coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

§1º Os mandatos dos membros das Diretorias serão coincidentes, de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez para a mesma função.

§2º Para os efeitos do §1º deste artigo, somente serão considerados os mandatos cumpridos acima de dois terços do período.

**2.2.** As argumentações do CBHSF foram apresentadas na 140ª Reunião da CTIL, pelo Sr. Anivaldo Miranda Pinto (Presidente do CBHSF) e Sr. Ricardo Farias (Presidente da CTIL/CBHSF). Destacaram a avaliação jurídica efetuada, em que não se observou ressalva ou regra para a forma de substituição daqueles membros que teriam exercido o mandato incompleto. Por esse motivo foi inserido o §2º, estabelecendo que para efeitos do parágrafo primeiro desse artigo, só seria considerado os mandatos cumpridos acima de dois terços do período. Esse procedimento permitiu a recondução do atual presidente.

**2.3.** Na avaliação dos representantes do Comitê, fundamentados na documentação presente no processo, a Resolução CNRH 05/2000 apresenta uma lacuna sobre mandatos parcialmente cumprido e que, por esse motivo, o CBHSF regulamentou o assunto.

**2.4.** Realizados os esclarecimentos e as manifestações dos membros da CTIL, foi consenso que a referida resolução precisava ser revista. Sendo lembrado que essa era uma das metas previstas nas prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2016-2020, e que, portanto, a CTIL iria se debruçar sobre o tema.

**2.5.** Com o objetivo de atender a demanda do Plenário do CNRH, o presidente da CTIL solicitou a manifestação dos seus membros quanto a alteração do regimento interno do CBHSF.

**2.6.** A maioria dos presentes convalidou o ato do Comitê, entendendo que existem lacunas na Resolução CNRH 05/2000 que devem ser sanadas com a sua revisão. A representação Industrial (CNI) e das Organizações Não Governamentais (FONASC) se abstiveram de votar. A transcrição das falas se encontra no anexo deste parecer, com o registro das manifestações.

### **3. Conclusão**

**3.1.** Concluída a análise do Processo SEI nº 02000.001255/2016-91, a CTIL comunica ao Plenário do CNRH que ratificou a decisão do CBH São Francisco e definiu por iniciar a revisão da Resolução CNRH nº 05/2000.

**3.2.** Submete-se a matéria para apreciação e deliberação pelos Conselheiros.

Em, 28 de setembro de 2017

  
**SÉRGIO GONÇALVES**  
Presidente da CTIL



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**ANEXO**

**140ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e  
Institucionais- CTIL do Conselho Nacional de Recursos  
Hídricos - CNRH.**

Brasília/DF.  
31 de Agosto de 2017.

*(Transcrição ipso verbo)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 7. Processo MMA 0200001255-2016/91. Referente a alteração regimental do Comitê de Bacia  
2 Hidrográfica do Rio São Francisco, realizada por meio de deliberação do Comitê de Bacia  
3 Hidrográfica do Rio São Francisco nº 90, de 8 de junho de 2016, matéria encaminhada pela  
4 Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

5  
6 **O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente da CTIL)** – Passamos agora. Chamamos o  
7 próximo convidado para fazer sua apresentação, aí nós voltamos a nossa pauta de deliberações  
8 de resoluções. Nós estamos agora, vamos ao item de número 7. Processo MMA 0200001255-  
9 2016/91. Referente a alteração regimental do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São  
10 Francisco, realizada por meio de deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São  
11 Francisco nº 90, de 8 de junho de 2016, matéria encaminhada pela Plenária do Conselho  
12 Nacional de Recursos Hídricos. Júlio, por favor, pode fazer esse preâmbulo? Agradecendo a  
13 presença do presidente o Anivaldo e toda a sua equipe do Comitê de Bacia Hidrográfica do  
14 Rio São Francisco.

15  
16 **O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (SRHQ/MMA)** – O tema foi o seguinte.  
17 Houve uma, por favor, me corrija o pessoal do Comitê de São Francisco se eu falar alguma  
18 coisa que não. Então você já me perdoa se eu falar alguma coisa errada. Mas, o presidente do  
19 Comitê da época ele saiu, enfim e aí teria que ter um mandato tampão no período para  
20 complementar. O atual presidente e também tem o número de reeleição, quer dizer, então, teve  
21 um mandato tampão, daí você foi reeleito em vez, né? E depois foi na segunda que deu  
22 problema, ainda foi reeleito uma vez estava prevendo uma reeleição e na segunda que,  
23 segundo alguns entendimentos que aconteceram à época tanto da Agência Nacional como nós  
24 não caberia uma segunda reeleição. Que já teria sido cumprido o prazo. E isso baseado na  
25 resolução do Conselho que prevê esse tipo de regulamentação. Ou melhor, ela prevê a  
26 regulamentação, mas ela não previa, não prevê o caso de mandato tampão se é válido, ou não  
27 válido isso não está na resolução do Conselho. Então, foi um entendimento que houve de nós  
28 e da agência da Ana, que não poderia ser feito por conta de: já que não está prevendo no  
29 regimento do Conselho, então não poderia ter que ser modificado o regimento do Conselho  
30 primeiro para depois fazer as coisas. Bom, não vou dizer qual o entendimento o (...), com  
31 certeza, vai falar com muito mais propriedade sobre isso, o entendimento do comitê é outro  
32 diz que se não existe, então pode ser complementado como uma atitude complementar do  
33 Comitê, para isso eles se basearam em diversos pareceres jurídicos que tem e isso ficou para  
34 ser discutido na reunião de Conselho. Na reunião do Conselho o que correu foi que um dos  
35 pareceres a esse tema não passou na CTIL. Esse foi direto, entrou direto na reunião do  
36 Conselho não para deliberar, mas foi mais como informação. Mas, lá foi sugerido que ele  
37 voltasse aqui à CTIL como não tinha passado, passou não CONJUR do Ministério, mas não  
38 passou aqui não CTIL e voltasse a CTIL para o que CTIL fizesse o encaminhamento. Então,  
39 basicamente é esta a situação o Anivaldo vai falar com muito mais propriedade, vai esclarecer  
40 alguns pontos e também, principalmente, a razão de que o Comitê tomou essa iniciativa.

41  
42 **O SR. ANIVALDO MIRANDA (CBHSF)** – Bem, bom dia ainda. Queremos, antes de mais  
43 nada, agradecer ao nosso Secretário Nacional de Recursos Hídricos o Doutor Jair e ao Júlio  
44 Thadeu, por esta oportunidade de esclarecer um questionamento que foi feito pelo presidente  
45 de Agência Nacional de Águas com respeito a uma alteração regimental aprovada por quase  
46 unanimidade, houve apenas algumas abstenções, e reiterada mais de uma vez pelo plenário de  
47 comitê da Bacia do Rio São Francisco que é composto por sete, quatro instituições titulares e  
48 suplente e, portanto, foi objeto de todo um processo eleitoral, demandou investimentos uma  
49 enorme mobilização na bacia como nós sempre fazemos. E se configurou em um processo  
50 eleitoral absolutamente democrático participativo, e finalmente homologado em plenário  
51 eleitoral que contou com uma Comissão eleitoral absolutamente imparcial e composta,  
52 inclusive, por uma representante da agência que de forma absolutamente transparente e  
53 competente homologou o resultado que posteriormente foi infelizmente questionado pela

própria agência que conduzia com outras organizações estatais, governamentais o processo eleitoral. Mas eu vou passar aqui a palavra rapidamente para o Coordenador da nossa Câmara Técnica Institucional e Legal, que é o Doutor Roberto Farias é advogado e esteve à frente da defesa que nós instituímos para enfrentar esse questionamento e quero dizer que todas as modificações feitas no nosso regimento foram devidamente debatidas, analisadas como sempre o fazemos por nossa Câmara Técnica Institucional e Legal, portanto, eu vou passar pra ele e depois eu vou fazer um comentário conclusivo sobre o assunto.

**O SR. ROBERTO FARIAS (CBHSF)** – Bom dia a todos. Agradecer ao doutor Júlio e ao doutor Sérgio, pela oportunidade cumprimentar todos os membros dessa câmara. Vamos direto ao ponto, eu vou tentar ser objetivo e breve para tentarmos dissipar as eventuais dúvidas (...). O Comitê fez uma alteração no artigo 26, que é baseado nos seguintes termos, vamos lá. Artigo 26 (...) será dirigido por uma diretoria executiva, composta pelo Presidente vice e secretário, diretoria colegiada constituída pela direcs e pelos coordenadores das câmaras (...) do alto, médio, submédio e baixo. No parágrafo primeiro estabelecia que os mandatos dos membros da diretoria serão coincidentes de 4 anos, ou seja, antes eram 3 nós passamos de 3 para 4, permitindo a reeleição uma único vez para a mesma função, ou seja, compatibilizar, essa redação está compatibilizado com o parágrafo primeiro do art. 8º da Resolução 05 de 2000 do CNRH. No parágrafo segundo, como nós fizemos uma leitura minuciosa da Resolução 05 nós observamos que não havia ressalva e nem regra para a forma de substituição de sucessão daqueles membros que teriam exercido o mandato incompleto. Então, nós inserimos no parágrafo segundos dizendo o seguinte: que para os efeitos do parágrafo primeiro desse artigo, ou seja, para cláusula de, referindo a cláusula de vedação de reeleição mais de uma vez para a mesma função, só seria considerados os mandatos cumpridos a cima de dois terços do período, para considerar justamente essa regra dos mandatos incompletos. Esse ponto é que está sendo questionado, ou seja, a alegação é de que o comitê estabeleceu uma exceção à regra do parágrafo primeiro do inciso 4º do art. 8º da Resolução 05 quando prevê mandatos forma de substituição para mandatos incompletos. Inicialmente esse assunto foi debatido exaustivamente na CTIL, foi feito consulta ao Ministério Público que integrou a Bacia, advogados especializadas nessa área e todos foram unânicos em constatar que este assunto não está regulado de forma expressa na resolução 05 do CNH. Então, o Comitê com base no seu poder normativo respeitando o princípio de legalidade, porque está autorizado a se manifestar sobre os seus mandatos pelo inciso 4º do art. 8º da Resolução 05, estabeleceu e entendeu por regular essa matéria para esclarecer esse assunto no âmbito do comitê. Observamos também que essa matéria já estava regulada por outros comitês a exemplo do Comitê do Rio das Velhas Urucuia no Estado de Minas Gerais que estabeleceram que já tinham estabelecido essa regra muito antes do CBH, então quando nós fizemos essa alteração que houve todos esses questionamentos nós entendemos que, pelo fato de nós estarmos amparados pelo poder normativo que nos é conferido pelo parágrafo primeiro do art. 1º da Resolução 05. Que diz que os comitês são colegiados com poderes normativos, deliberativos art. 1º do Decreto que criou o Comitê de 2001 também está no art. 1º que nós temos poder normativo e como também o art. 1º do nosso regimento. Então, nós entendemos que fundamentado no nosso poder de normatizar, ou seja, de completar a norma geral que estabelece critérios para criação em funcionamento dos comitês, nós entendemos que a nossa medida, que a nossa alteração ela estava legal, que nós não estávamos violando especialmente o princípio da legalidade porque nós tínhamos autorização legal superior para dispor sobre o nosso funcionamento o mandato dos nossos membros, como também não estávamos excedendo no poder regulamentar que é conferido ao comitê. Por quê? No nosso entender o excesso de poder regulamentar, ele só se caracteriza quando você regulamenta algum assunto diferentemente do que está expressamente consignado na norma superior que orienta o nosso funcionamento que não é o caso. Então, na 05 de 2000 do CNRH não há norma expressa falando sobre a forma de sucessão e substituição daqueles membros que exerçam mandatos

107 temporário incompletos. Nós fomos buscar na esfera federal os exemplos dos poderes  
108 executivos, legislativo e judiciário, para trazer para aqui porque é muito esclarecedor que vão  
109 ajudar a nós termos um entendimento dessas alterações. Vejo só, no Poder Executivo. Como  
110 esse assunto está tratado no poder executivo? A sucessão para membros que não exercem um  
111 mandato completo. No Poder Executivo, a norma diz o seguinte de forma expressa art. 14 da  
112 Constituição, parágrafo quinto, o presidente da república os governadores de Estado do  
113 Distrito Federal os (...) e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos  
114 poderão ser reeleitos para um único período subsequente, ou seja, a norma lá é expressa. Seja  
115 quem exercer o mandato integral, seja quem sucedeu em caso a vacância ou substituiu  
116 temporariamente só pode se reeleger uma única vez a forma é expressa, não há omissão, está  
117 bem claro lá a regra com relação aos mandatos integrais e os não integrais. No Poder  
118 Judiciário, a (...) artigo 102 estabeleceu o seguinte, que o mandato dos presidentes é de dois  
119 anos proibida à reeleição, para o período subsequente. No parágrafo único o judiciário  
120 estabelece a seguinte regra: O disposto neste artigo não se aplica ao juiz eleito para completar  
121 período de mandato inferior a um ano, ou seja, de forma expressa ele permite que cumpriu o  
122 mandato não integral até inferior a um ano pode se candidatar a reeleição, quer dizer, não há  
123 vedação, então nós temos no Poder Executivo a norma expressa vedando para quem exerceu  
124 em qualquer situação seja completo ou incompleto e o Judiciário o contrário. Quem exerceu  
125 incompleta até um ano pode se candidatar na reeleição na Câmara dos Deputados e Congresso  
126 a redação é idêntica a que está prevista no art. 8º da nossa resolução aqui do Conselho. O que  
127 diz a Constituição com relação às eleições as casas da Câmara e o do Senado, diz o seguinte:  
128 artigo 57 cada uma das casas reuniu-se a exceção preparatório a partir de 1º de fevereiro (...) para  
129 posses dos seus membros e eleição das respectivas mesas para mandato de dois anos,  
130 vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente. Acompanho essa  
131 orientação e diz o seguinte: para mandato de dois anos, vedado a recondução para o mesmo  
132 cargo imediatamente subsequente, tanto do Senado quanto da Câmara. Ou seja, nesses casos  
133 aqui não há de forma expressa, dito que para mandato não incompleto a cláusula de vedação e  
134 de reeleição, a omissão aqui ausência de regra expressa está clara, quando você compara com  
135 o que está no Poder Judiciário e quando você compara com o que está no Poder Executivo. É o  
136 exemplo que se assemelha ao nosso caso aqui. Então, veja bem o que é nesse caso aqui,  
137 exemplo prático vamos citar um exemplo recente que foi o caso do Deputado Rodrigo Maia  
138 que ele substituiu o deputado Eduardo Cunha para cumprir o mandato tampão no ano passado  
139 e em janeiro ele manifestou a intenção de se candidatar a reeleição pela regra aqui, em tese,  
140 ele estaria impedido. O que foi que aconteceu? A Comissão de Constituição e Justiça da  
141 Câmara emitiu um parecer dizendo que ele poderia se candidatar porque não há norma de  
142 vedação expressa aqui e o Supremo Tribunal Federal num mandado de segurança impetrado  
143 por um adversário dele, para impedir a candidatura dele negou a liminar e disse que ele  
144 poderia se candidatar, porque não há norma expressa no comando constitucional e nem o  
145 regimento da casa que impeça que quem exerceu o mandato tampão esteja impedido de  
146 concorrer a reeleição. Por quê? Porque cláusula de vedação ela tem que estar expressa, é  
147 norma pressa, você não pode cláusula de vedação implícita, ou seja, ou eu posso me  
148 candidatar ou não, então a regra tem que estar clara. Eu posso me candidatar nessas condições  
149 aqui e não no que está nas entrelinhas. Então esse é o entendimento hoje, inclusive, eu juntei  
150 aqui vários pareceres de vários juristas do Ministro Luís Roberto Barroso (...) do Ministro  
151 Celso de Mello sobre essa questão que é bem esclarecedora, ou seja, quando não há norma  
152 expressa de vedação o poder regulamentar pode ser exercido na sua plenitude foi o que  
153 aconteceu conosco. Nós não afrontamos a Resolução 05 do CNRH em momento nenhum,  
154 muito pelo contrário, nós fizemos compatibilizado pelo o que está lá com as regras que estão  
155 lá, apenas nós suprimos algumas lacunas que lá estavam, especialmente, essa com relação essa  
156 (...) porque isso tem a ver com a nossa autonomia interna, ou seja, com autonomia orgânica e  
157 institucional do Comitê, isso tem a ver com o funcionamento do Comitê. Então, nós  
158 regulamos uma matéria chamada internacopos, ou seja, que é de competência exclusiva dos  
159 Comitês, a Resolução 05 ela estabelece as regras gerais e a gente complementa com

160 detalhamento na norma. Se vocês observarem o inciso I do art. 8º diz o seguinte, que os  
161 mandatos são coincidentes, os mandatos dos membros do comitê terão que ser coincidentes.  
162 Um mandato coincidente é aquele que começa e termina na mesma data. Quando um mandato  
163 começa e não termina, ou seja, há uma interrupção dele por qualquer motivo de vacância, esse  
164 mandato já não é mais coincidente, o coincidente é quem começa na mesma data, começa num  
165 dia e termina no outro, ou seja, mandato tem que ser completo para ele ser considerado  
166 coincidente ele tem que ser completo, mandato incompleto não é coincidente. Então quando  
167 você parte para harmonizar, fazer uma interpretação sistemática do que está ali nas entre  
168 linhas do art. 8º do inciso quarto do parágrafo primeiro você vê que o que a norma se refere é  
169 para mandatos completos exercidos na sua plenitude, ou seja, do começo ao fim aí sim você  
170 tem a cláusula de vedação que diz que o membro do Comitê só pode se candidatar mais uma  
171 vez para o mesmo cargo quando ele exerce o mandato integral. Nesse caso aqui, alegou-se  
172 também que esta regra poderia permitir sucessivas reeleições burlando essa cláusula de  
173 vedação. Não é o caso. Eu vou dar um exemplo prático vamos dizer: vamos partir logo  
174 para o caso mais prático que é o Anivaldo, ele assumiu por um ano para cumprir um mandato  
175 tampão um ano. O mandato dele foi incompleto, ele exerceu um ano dele. Em seguida ele se  
176 candidatou para um mandato completo de três anos e depois para reeleição mais um mandato,  
177 que agora é de 4 anos, ou seja, o que a regra diz? Esse mandato tampão que não está previsto  
178 expressamente que ele tem que ser computado para fins da vedação da (...) ele perfeitamente  
179 pode se candidatar, ou seja, não há vedação, por quê? Porque expressamente não está lá, dito  
180 isso coma a exemplo do que está no Poder Judiciário e no Poder Executivo, ou seja, o  
181 exemplo é claro ele se candidatou ao mandato tampão, se candidatou para o primeiro mandato  
182 integral, para o segundo mandato integral, agora ele não pode mais ser candidato para o  
183 mesmo cargo, para um terceiro mandato, se ele quiser ser candidato à direção ele vai ter que  
184 ser candidato à vice ou a secretário. Então, a cláusula de vedação está vigente, está respeitada,  
185 ou seja, com ou sem mandato tampão no máximo o membro do comitê só pode se candidatar  
186 duas vezes para primeira função para mandato integral, tchau. Ou seja, não há burla essa regra  
187 de vedação, principalmente porque o mandato coincidente é aquele que começa e termina na  
188 mesma data, não é o caso do mandato incompleto, do mandato tampão. Então, entende a CTIL  
189 do CBHS, entende CNHS que essa resolução, que essa alteração regimental ela se harmoniza  
190 com a 05 do CNRH não se conflita, não se confronta, não desafia ela em modo nenhum. Ela,  
191 inclusive ela está compatível com o que o entendimento que está emanado no âmbito dos  
192 poderes executivo, legislativo e judiciário federais, esse exemplo do deputado Rodrigo Maia  
193 ele caiu como uma luva, porque esclarece que definitivamente que o supremo já se  
194 manifestou. Então, nós entendemos que a autonomia do Comitê foi exercida na forma da lei  
195 sem excesso de poder regulamentar. Então, nós esperamos que está Câmara respeite a  
196 segurança jurídica autonomia e dos comitês e entenda que em ratificar o que foi feito para  
197 considerar que a alteração regimental ela não fere a Resolução 05 do CNRH. Muito obrigado.

198  
199  
200 **O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF)** – Bem, eu só queria complementar  
201 informando que essa discussão foi objeto de debate em nossa Plenária por mais de uma vez.  
202 Na ocasião foi facultado ao representante da Agência Nacional de Águas um espaço de tempo  
203 indeterminado para que expusesse os seus questionamentos, e, portanto, a matéria que surgiu  
204 da CTIL do CBHSF foi o tempo todo instruída pela própria CTIL e como eu já disse aprovada  
205 com apenas algumas abstenções nenhum voto contrário pelo conjunto das instituições que  
206 formam o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A quem se der o trabalho de  
207 ler o processo por inteiro, vai perceber que navega num oceano de ambiguidades e de  
208 subjetividades que teriam inevitavelmente que provocar dentro do processo contradições  
209 insanáveis. Isso porque a quem se der o trabalho de ler vai ver que toda a argumentação do  
210 questionamento, fala de uma possível inovação que Comitê fez em seu Regimento com  
211 relação à Resolução 005. Já no contexto da Advocacia Geral da União, fala-se em suposta  
212 violação da Resolução do Conselho Nacional. Já a Procuradoria Federal do Ministério, fala

que o Regimento Interno do Comitê se mostra e excesso de poder regulamentar. E assim por diante, todo o linguajar já é vazado nesse contexto de alta subjetividade como eu disse de ambiguidade, isso teria evidentemente que provocar contradições, porque quando se manifesta, por exemplo, o advogado Geral da União ele chega aqui em determinado ponto do seu pronunciamento, dizendo o seguinte: assim não prosperam as alegações do Comitê sob o exercício de Poder Regulamentar Supletivo em caso da omissão do CNRH, pois está competência não encontra respaldo em qualquer diploma normativo, ou seja, ele nega o Poder Regulamentar Supletivo do Comitê e diz que na ausência de regulamentação mais detalhada, o Comitê não está autorizado a exercer competências atribuídas pela legislação ao Conselho Nacional sendo, inclusive, relevante que outros comitês possuam normas com idêntico teor em seus regimentos, ou seja, no caso os outros comitês não interessa o que interessa é o Comitê do São Francisco, não encontro explicação nenhuma porque essa preferência às avessas em relação ao nosso Comitê. Já o Procurador Geral Federal ele no seu despacho, ele diz o seguinte, pontua-se no que termos de art. 8º da Resolução 05 desse Conselho Nacional uma das matérias a ser tratada no Regimento dos comitês de bacia será o mandato dos representantes e critérios de renovação e substituição, ou seja, enquanto o que advogado diz o que Comitê não assista ao Comitê qualquer poder regulamentar o representante da procuradoria, o procurador federal diz que sim, que assiste ao Comitê, a prerrogativa da tratar nos seus regimentos como é natural absolutamente normal em qualquer organização desse tipo tratar, portanto, de critérios sobre o mandato dos seus representantes, e renovação ou substituição deles desde que, não contrarie evidentemente uma norma superior. E na realidade não contrariou já foi dito aqui que quando a Resolução... Eu só queria fazer o seguinte comentário, por ironia ou paradoxalmente a Resolução número 05 na qual se baseou o presidente do ANA para questionar a nossa modificação, é a mesma que nos dá inteira proteção e razão na modificação que nós fizemos. Porque é muito claro, a Resolução número 05 ela dispõe no seu artigo oito que deverá constar nos regimentos dos Comitês bacia hidrográfica o seguinte: elenca uma série de condições e no inciso IV diz que deverá constar no regimento interno dos comitês, o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição, portanto, o Comitê está sim autorizado a fazer isso. Desde que não contrarie a norma superior. A norma superior a Resolução CNRH 5 refere-se a mandatos integrais, e essa mesma norma manda que os mandatos sejam coincidentes, ou seja, quando ela manda que os mandatos sejam coincidentes por coincidentes infere-se mandatos integrais, porque isso constitui uma unidade e não uma (...) digamos assim, ou seja, mandato integral tem que ser coincidentes, porque mandato coincidente é por sua vez um mandato integral. Então, estamos falando aqui da mesma coisa e não de coisas diferentes.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – A questão de ordem é o seguinte... Gustavo do Fonasc. Eu gostaria de... suponho que nós vamos tentar vencer essa matéria antes do almoço. Então, eu gostaria de estabelecer o prazo e também ouvir a posição da ANA, para nós depois entrarmos na discussão, com tempo razoável para discussão. Obrigado.

**O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF)** – O senhor pode ficar tranquilo porque eu já estou em fase de conclusão. E evidente que o nosso Comitê considera absolutamente correto e razoável ter a capacidade da possibilidade de esclarecer é isso que o nosso comitê está fazendo. Então, o que eu quero dizer, é que nesse contexto. Então, não assiste nenhuma razão a este questionamento. Eu quero dizer, além disso, que se a regra manda que os mandatos devam ser coincidentes. Então, ela se refere ao indicamento e a mandatos integrais e como a mesma regra autoriza os comitês a dispor sobre mandatos de seus representantes e critérios de renovação de mandatos, então o que o comitê fez foi absolutamente normal. Quero só aduzir e repetir que o nosso processo eleitoral foi constituído de todo um período de três meses de mobilização em todos os pontos da bacia hidrográfica,



pelo menos os mais estratégicos, foram feitas incontáveis audiências públicas, tudo isso foi feito da forma mais transparente possível, todas essas reuniões e eleições em cada segmento transcorreram na forma o regimento interno. Todo o processo foi dirigido por uma comissão eleitoral composta de representantes do poder público que não são submetidos à regra da eletividade, portanto, totalmente imparcial, inclusive com a participação e a ajuda que nós reconhecemos e agradecemos da própria Agência Nacional e que, finalmente, o colegiado homologou os resultados de todo esse processo, em memorável Plenário eleitoral que foi dirigido, inclusive, por essa Comissão eleitoral a que eu me referi. E nesse momento o entendimento foi absolutamente aceito por todos e todos tiveram liberdade absoluta de manifestação. Eu encerro dizendo o seguinte: o que o nosso sistema precisa é de reforço no seu contexto de solidariedade interno, a base dessa pirâmide que nós queremos todos aqui construir são os comitês de bacia, o escalão intermediário são os Conselhos estaduais e evidentemente a liderança desse processo é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, esse sistema precisa evidentemente estreitar os seus laços de solidariedade e nós temos... Todas às vezes temos que nós somos, digamos assim, convidados para vir aqui é sempre para discutir assuntos que não são propositivos. E gostaríamos de inverter e eu acho que a discussão do legado que está sendo proposto pela própria ANA depois de duas décadas de lei nacional, vai exatamente nesse sentido de reforçar a legitimidade do sistema. Então, o Comitê em nenhum momento quis evidentemente modificar, afrontar a Resolução. Ao contrário, o Comitê tem todo o interesse, no caso do Comitê do São Francisco em fortalecer o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, e nessa luta por dar cada vez mais legitimidade tanto ao Conselho Nacional quanto a sua base, porque nós apostamos nessa, evidentemente, nessa construção. Acreditamos que esse questionamento, no fundo, ele de alguma forma fragiliza essa solidariedade e ele nega o princípio de autonomia dos comitês que são evidentemente, entes que têm a sua própria vida interna e finalmente não é muito condizente com o princípio da descentralização da gestão que é, de fato, o princípio final de todo esse esforço de gestão democrática compartilhada e descentralizada dos recursos hídricos. Entretanto, como sempre temos uma visão propositiva, talvez, seja esse o momento dessa Câmara Técnica sugerir ao Conselho Nacional que essa lacuna seja preenchida, porque não será somente o Comitê do São Francisco do Velhas do Urucuia serão amanhã e talvez já seja hoje. Vários dos comitês que a vida obrigou, evidentemente, a tomar essas iniciativas porque a vida não pode esperar evidentemente por nossa capacidade da legislar sobre tudo, portanto, eu mais uma vez agradeço e tenho à confiança de que essa Câmara saberá entender que esse questionamento navega realmente em tal ambiguidade, que isso aqui evidentemente se incentivado vai dar origem a uma interminável (...) e pendenga jurídica sem nenhum horizonte de conclusão porque eu volto a repetir, aqui se trabalhou muito mais na relatividade do que, de fato, no caráter absolutamente positivo que deve ter uma legislação. Muito obrigado.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Obrigado Presidente. Obrigado aos colegas. Nós vamos passar agora, conforme, o encaminhamento para ANA, para representante Dr. Eldis da Agência Nacional de Águas e logo em seguida nós vamos abrir para algumas falas e debates e depois partirmos para a deliberação.

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA)** – Bom dia, Sr. Nivaldo o advogado. São três considerações que eu quero fazer. A primeira diz respeito à fala do Vicente na Plenária porque esse assunto já tinha sido discutido aqui e foi para a Plenária e o Vicente reforçou, que quem deveria decidir isso era a CTIL, então estamos trazendo de volta aqui para CTIL e me cabe aqui do ponto de vista jurídica falar o que a procuradoria pensa a respeito e nesse contexto eu queria reforçar, para quem não é advogado, nós temos o que se chama fontes de direito. Quando existem lacunas nós temos que ir atrás das fontes de direito e que fontes de direitos que nós precisamos buscar aqui? O advogado trouxe muito bem uma fonte

primeira que e a analogia, tem vários casos de analogia, princípios de direitos que nós temos aí a descentralização. Então, nós temos outras fontes de direitos ou norma jurídicas, doutrinas, jurisprudência. Então, dentro desse escopo do ponto de vista jurídico, é perfeitamente cabível o que está nos trazendo o advogado. Mas, eu tenho um terceiro ponto que eu acho importante nós refletíssemos a respeito disso e que talvez nós tenhamos outros temas para discutir em relação à Resolução número 05, ou seja, nós precisamos aperfeiçoá-la como disse o presidente. Então, eu acho que é uma ótima essas atividades, esses contra tempos acontecem nós estamos aqui em um sistema consensual como o nosso Presidente reforça. Então, é a hora de nós aperfeiçoarmos e reforçar todos esses princípios de direitos, as fontes do direito que foram bem explicadas pelo advogado.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Muito obrigado. Gustavo do Fonasc. Está inscrita, **Somali**, Paulo.

**O SR. GUSTAVO** – Eu primeiro gostaria de ter duas informações, quais são os comitês que fazem essa exceção? Se, estão no domínio federal e quais são? Depois a outra questão eu queria saber qual que é exatamente o período do mandato tampão? Que o presidente Anivaldo exerceu antes de cumprir.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O mandato tampão que o presidente Anivaldo exerceu foi pelo período de um ano, doze meses.

**O SR. ANIVALDO (CBHSF)** – Doze meses integrais. Sem nada mais e sem nada menos?

**O SR. ROBERTO FARIA (CBHSF)** – Não. Ele assumiu quando o então presidente foi afastado, e o tempo que restava para cumprir o mandato era um ano, então ele assumiu e cumpriu um ano de mandato. Os comitês que têm essa regra já estabelecida nos seus Regimentos Internos o Urucuia e o Velhas no Estado de Minas Gerais já disciplinam essa questão que é do nosso conhecimento. Precisamente está no art. 16 de cada Regimento. Se, quiser eu posso ler aqui o que está escrito? Vamos lá. Eu fiz a transcrição para memorial que foi encaminhado. Então, vamos lá. Nós fizemos transcrição aqui que diz o seguinte: no CBH Rio das Velhas art. 16 o Comitê será presidido por um de seus membros eleito na forma prevista nesse Regimento Interno. Parágrafo primeiro o mandato dos seus membros da diretoria será coincidente, olha a coincidência coincidente a eleição de seus membros podendo se candidatar a mesma função uma única vez no mandato subsequente. Parágrafo segundo para os efeitos do parágrafo anterior não serão computados o período de exercício de cargos da diretoria inferiores à um ano, isso é o que está lá no Velhas no Urucuia coincidentemente art. 16 também. O Comitê será presidido por um dos seus membros eleito na forma prevista nesse regimento e normas complementares aprovadas pelo Plenário. Parágrafo primeiro o mandato dos membros da diretoria será de dois anos podendo ser reeleito em uma única vez em quaisquer das funções da diretoria. §2º para os efeitos do parágrafo anterior somente serão considerados os mandatos integralmente cumpridos. Quer dizer, o Urucuia foi mais radical só se o mandato não foi integralmente cumprido não há vedação.

**O SR. Gustavo Gazinelli (FONASC)** – Bom, eu vou dar a minha posição pessoal porque não cheguei a debater esse tema com o coordenador do Fonasc com coordenação, mas eu tenho uma opinião, mais ou menos, formada embora não conclusiva. Quer dizer, em primeiro lugar nós apoiamos a ideia de que o Comitê possa instituir seu conselho diretor tal como está sendo proposto, com três membros. O problema que eu acho que existe, é o do mandato do

372 presidente. Eu penso assim, essa questão de cumprir integralmente o mandato eu acho que é  
373 um pouco... Uma questão... O apego muito textual que eu acho que em diversas situações elas  
374 não se cumprem. Então, eu não acho que esse é um argumento muito, a meu ver muito  
375 satisfatório. O que eu vejo, por exemplo, coloco a seguinte questão: quando essa norma foi  
376 instituída o mandato do Comitê da diretoria era de três anos, agora está se propondo passar  
377 para 4 anos, ou seja, quando cumprir dois anos do mandato, do terceiro mandato o presidente  
378 terá cumprido integralmente 6 anos como dirigente do Comitê e os dois últimos anos ele  
379 continuará exercendo também? Por que o Comitê está instituindo uma regra nova de mais 4  
380 anos, mas com essa regra nova ele, de certa forma, está assegurando um período de direção  
381 assim, exatamente, dois terços a cima do que seria o período normal de uma presidência se  
382 cumprida na norma. Então, o primeiro ponto que eu gostaria de ponderar. Eu acho que essa  
383 decisão que nós viermos a tomar ela vai valer para o sistema inteiro, quer dizer, se com essa  
384 decisão for ratificado a posição do Comitê passa a valer para todo o sistema. Então, realmente  
385 é necessário tratar dessa matéria possivelmente em uma revisão da Resolução 05, porém, é  
386 uma situação curiosa porque o Comitê ele é o órgão auxiliar do Poder Executivo. E o órgão  
387 máximo do Poder Executivo já estabelece uma regra que o mandato é cumprido mesmo... E  
388 fica valendo como um mandato um período não integral, então esse é o problema. Por outro  
389 lado é um órgão Parlamentar, então, de certa forma, é um conselho, um colegiado, então  
390 teriam, talvez, uma inspiração também no Poder Legislativo. Bom, então o que eu tenho a  
391 dizer é o seguinte: eu acho que essa é uma decisão muito séria, eu acho que se nós  
392 ratificarmos a posição do Comitê eu acho que deveria ser estabelecida uma exceção também,  
393 no caso que é: não pode cumprir como Presidente a cima dos 6 anos que foi estabelecido na  
394 regra que prevaleceu até então. Então, e aí ele teria que cumprir apenas metade do próximo  
395 mandato.

396  
397  
398 **A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Sonali da Chesf Companhia Hidrelétrica do  
399 São Francisco. A Chesf tem acento nesse Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco,  
400 no caso, eu sou suplente do titular que o João Henrique, também como representante da Chesf  
401 eu participo dessa Câmara Técnica de assuntos legais e institucionais do Comitê da Bacia  
402 Hidrográfica do São Francisco, participei dessas discussões, participei do processo de eleição,  
403 e no nosso entendimento o Comitê ele atuou em uma lacuna que existe na Resolução 05. Na  
404 época quanto dessas discussões e foram discussões bem acaloradas, houve em um primeiro  
405 momento um dispositivo colocado de que essa reeleição poderia se dar indefinidamente e foi  
406 nesse ponto que houve essa discussão e que houve posicionamento contrário, houve também  
407 abstenções, e aí nesse aspecto o Comitê e a CTIL eles reviram essa questão. Então, está  
408 exposto lá no Regimento Interno do Comitê exatamente como comanda a Resolução 05 no  
409 que diz respeito à reeleição. Agora, eu não sou advogada, atuo aqui não CTIL há algum tempo  
410 lá dentro do Comitê também e tenho aprendido com vocês advogados que é o fato que gera o  
411 direito, o fato que gera o direito. Aconteceu isso no Comitê da Bacia do São Francisco e no  
412 nosso entendimento, na decisão que foi tomada ele atuou em numa lacuna que existe na  
413 Resolução 05. Houve também a eleição, todos participaram e ela também um representante da  
414 ANA participou dessa eleição nessa Comissão eleitoral e ela foi homologada. E sei como  
415 membro dessa CTIL, que está no plano de trabalho dessa Câmara Técnica a revisão, uma  
416 análise da Resolução 05 do Comitê, já lá vão mais de 10 anos que está... 17 né? Eu não me  
417 recordo se foi logo no comecinho que nós fizemos ou um ano depois. Então, pronto. Então, já  
418 todo esse tempo estar no plano de trabalho da CTIL a revisão dessa Resolução e conforme dito  
419 aqui pela representante da ANA: é hora de aperfeiçoar. Então, eu acho no nosso entendimento  
420 que o Comitê atuou por necessidade quando surgiu o fato, atuou por necessidade numa lacuna  
421 existente na Resolução 05. Então, eu entendo que no nosso entendimento ratificaríamos essa  
422 decisão e partiríamos para o trabalho de revisão da Resolução 05 do Conselho Nacional de  
423 Recursos Hídricos em especial nessa questão. Eu não sei qual é o passo seguinte até você ter  
424 essa Resolução totalmente revista e analisada. Mas no nosso entendimento o Comitê atuou

numa lacuna que existia na Resolução 05 e pela necessidade de se ter uma decisão diante de fato que surgiu naquele momento, naquela ocasião. É isso que eu tenho que colocar para os colegas da CTIL.

**O SR. SERGIO GONÇALVES** – Obrigado Sonali. Paulo, por favor.

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Paulo Samuel Comitês de Bacia. Nós já tínhamos nos manifestado na reunião de 7, 8 de dezembro no CNRH e naquela ocasião nós colocamos para a Plenária e nós ficávamos muito tranquilos da nossa posição na Plenária. Em função total apoio do que ao Comitê São Francisco, porque nós vínhamos, inclusive no dia anterior de um debate onde estava reunido aqui em Brasília todo o Fórum Nacional de Comitês de Bacia. Então, não era mais uma vez como nós temos defendido uma posição do Paulo e sim uma posição, principalmente, nesses pontos, mais polêmicos do fórum nacional. Considerando as palavras do presidente, e também da nossa colega representante aqui na Câmara Técnicas da ANA, onde as palavras do presidente e da colega da Chesf, onde foi feita toda uma divulgação do processo eleitoral, onde teve inúmeras instituições envolvidas, inclusive o Ministério Público, se houvesse problema, na minha visão, ele já teria sido apontado lá no início da candidatura do atual presidente. Bom, o processando andou, teve eleição, foi eleito, o presidente Anivaldo foi homologado pela sua Plenária, inclusive dito aqui pelo Presidente e pela colega, homologado por um membro do ANA. Então, o nosso ver ela... O Comitê está legitimado. Para atual ou na sua presidência. Primeiro que respeita o princípio da legalidade e segundo e aqui tão debatido ou tão citado o princípio da descentralização, onde nós vemos se tem a Resolução 005 ela nos dar diretrizes mestras e eu trago também um exemplo do acontecido no Rio Grande do Sul, onde se tem lacunas a Plenária é soberana, a Plenária é soberana para decidir o que deve fazer ou não deve fazer e a colega colaborou na questão do direito, que tem já matérias reforçando esse ponto. A nosso ver o mandato, a eleição é legítima o mandato a nosso ver também não é problema, porque ele está aprovado no Regimento Interno. Então, mais uma vez nós do fórum nacional de comitês de bacia e eu representante no Conselho Nacional apoiamos e homologamos, referendamos a recondução do presidente. Obrigado.

**O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (SEAB/PR)** – Tarcísio da Secretaria de Agricultura do Paraná. Eu faço parte, fiz parte da Comissão de eleição no Comitê lá de Paranapanema. E uma coisa interessante é que nessa, vamos chamar assim, de uma presidência tinha, assim, como se fosse um representante de todos nós nesse Comitê. E a representante no caso foi a Tânia da ANA, participou de todo o processo. Por que eu estou dizendo isso? Porque existem duas situações nesse caso aqui que está me intrigando, de uma certa forma, mas ao mesmo tempo eu concordo com ela. Primeiro que, como a Resolução número 05 não diz respeito à questão da substituição e a questão do mandato incompleto e tem um advogado nosso lá na secretaria de agricultura que ele sempre... Eu não sou advogado, ele sempre diz isso. O que a lei não diz é possível fazer outra coisa. E como a lei não foi clara no cinco lá, ela não foi clara com relação à substituição, entende-se que quando isso ocorre você pode fazer outra coisa porque não está claro o que não se pode fazer. E aí criou-se um fato. O fato só ocorreu porque outro fato dessa natureza não tinha ocorrido antes, mas ocorreu ali. Então, por tudo isso eu concordo com o processo e concordo com a atitude ter feito todo esse elaborado, todos esses procedimentos para comprovação ou para explicação ou justificativa do que foi feito. Eu concordo e concordo também que o 05 aí tem que ser discutido para cobrir essa lacuna essa é uma situação. Por outro lado, no entanto, e aí é que está a minha dúvida, mas é só dúvida porque eu já fiz o meu voto de concordância, por isso que eu antecipei o meu voto de concordância porque minha dúvida só cria um fato novo, fica muito estranho àquele que era o

presidente ter uma Comissão e de advogado para justificar uma ação desse presidente. Ou seja, ele está advogando em causa própria. É só esse o fato que estou relevando porque todo o argumento da advocacia aqui e do direto estava fazendo sob a presidência de um presidente que acabou de ser reeleito. Eu só levando esse ponto, mas eu continuo com o meu voto de concordância com todo o processo e ainda acrescentando o fato de que tem que ser mesmo rediscutida a 05 porque tem essa lacuna, criou-se um fato e esse fato precisa ser alterado. Mas está dado o meu voto.

**O SR. SERGIO GONCALVES (CTIL) –** Quadreli e o Gustavo também.

**O SR. JOSÉ QUADRELI (CNI) –** O setor se posiciona contra porque acredita isso enfraquece o sistema, na verdade, revelou também uma fraqueza do sistema onde já foi identificado a necessidade de preencher essa lacuna para evitar que esse tipo de coisa aconteça. Eu queria pedir para colocar o artigo que foi composto lá na de vocês que eu tenho uma dúvida, coloca de novo na tela aí, por favor, do Regimento Interno. Só para eu entender. Esse parágrafo primeiro. Corrija-me se eu estiver errado, por exemplo, eu fui eleito Presidente fiquei o primeiro ano, me afastei por dois anos e voltei no último ano, quarto ano eu posso ser reeleito. Eu fiz a mesma coisa no outro ano aí eu posso ser reeleito, fiz a mesma coisa no outro ano aí eu posso ser reeleito? É uma dúvida. Porque esse a cláusula de afastamento ser considerado o mandato coincidente só que ele a cima de dois terços, não sei se ele é muito seguro nesse sentido da reeleição. Eu queria que o advogado aí da ANA pudesse me ajudar a entender esse parágrafo primeiro porque eu estou entendendo assim. E pode ser que outras pessoas também estejam entendendo, eu gostaria de um esclarecimento porque está ali. Para efeitos do... Os mandatos dos membros da diretoria serão coincidentes de quatro anos permitida à reeleição uma única vez, para efeitos do parágrafo primeiro só serão considerados os mandatos cumpridos a cima de dois terços do período. Então, se cumprir um ano sair e voltar eu posso ser reeleito (...) é o meu entendimento eu posso estar entendendo errado quem é jurista, por favor, me corrija e tenho a concordar que o meu amigo do Fonasc que, de fato, e com a última fala do meu amigo ali, de fato, se foi identificado uma lacuna e se pretende aprimorar o sistema deveria ter feito a correção e ser aberto a uma nova eleição e não ter tido uma reeleição, mas essa posição do setor industrial nós somos contra isso, eu acho que enfraquece o sistema, abre prerrogativa para outras e nos leva a trabalhar em cima da Resolução número 05 para evitar esse tipo de coisa.

**O SR. ROBERTO FARIAS (CBHSF) –** Só esclarecendo, não há reeleições indefinidas pelo seguinte: eu sou eleito para um mandato completo. Essa regra só se aplica para quem é eleito no curso de um mandato que foi interrompido por algum motivo. Se eu sou eleito para um mandato completo e renuncio, acabou-se, eu renunciei porque quis. Então, eu só posso ter direito a mais uma reeleição para próximo mandato, depois tchau. Essa regra foi estabelecida para dar um freio em contrapeso nessa situação, isso é para quem é eleito para complementar o mandato que já se iniciou e não para quem inicia e renúncia. Então, uma outra dúvida que eu falei em off para o Tarcísio é o seguinte. Está deliberação foi aprovada em julho do ano passado no mandato anterior quando o Presidente Anivaldo nem sonhava se seria reconduzido como membro do Comitê e automaticamente pleitear uma eventual candidatura à presidência e eu estou aqui na condição de coordenador da Câmara Técnica Institucional do Comitê. Eu integro o Comitê e represento a OAB no Comitê e estou coordenador da CTIL. Outro detalhe o ponto da controvérsia que está questionando é apenas o parágrafo segundo, essa regra da questão dos mandatos incompletos. Questão do tempo de mandato não foi objeto de controvérsia. Era isso que eu queria esclarecer.

**O SR. ANIVALDO (Presidente CBHSF)** – Só para aduzir não ter nenhuma dúvida quando a Câmara Técnica Institucional Legal se debruçou sobre isso não foi só em cima desse fato do mandato não integral, foi também em cima de um ajuste absolutamente necessário e que era o de compatibilizar os mandatos dos membros do Comitê com os mandatos dos prefeitos municipais. Daí a necessidade de estabelecer o mandato de 4 anos. Não teve nada a ver com a minha pessoa, até porque quando trata dessas questões, a Câmara Técnica institucional assim como está Câmara aqui, eu tenho absoluta certeza, o faz desde princípios e de impessoalidades completa não está se referindo A, B, C ou D, então eu acho que isso é fundamental para que se esclareça e quero dizer também que eu não tenho recurso para bancar advogado, porque é muito caro, meu amigo Roberto Farias ele o faz em caráter absolutamente voluntário e representa a ordem dos advogados do Brasil e dentro do Comitê e, portanto, foi eleito, indicado para a Câmara Técnica não foi por mim, foi pelos trâmites normais do Comitê. Era isso que eu queria dizer.

**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia)** – Eu queria esclarecer que a fala do Roberto foi realmente muito clara, precisa e objetiva. E complementando o que colegas Eldis falou sobre as fontes do direito, que ela trouxe analogia, nós podemos trazer aqui um artigo que tem no Ordenamento Constitucional que está (...) engano naqueles artigos de competência que estabelece que quando uma legislação nacional, quando existe lacuna os estabelecidos podem suplementar. Então, futuramente se a Legislação Nacional vier a estabelecer algo contrário ao que Estado deliberou, o Estado teria que se ajustar, seria a mesma coisa, futuramente se a gente fizer uma revisão da Resolução número 05 o Comitê, o seu regime terá que ser adequado à nova resolução.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – Eu gostaria de dizer que a ABES no caso, particularmente, a ABES Minas faz parte do Comitê apoiou o processo de reencaminhamento do Anivaldo no processo eleitoral então aqui, coerentemente, nós apoiamos esse processo agora eu também apoio a revisão da Resolução 05 que eu acho que isso precisa ficar... Eu acho que isso precisa ficar claro, para que não haja mais momento como esse. E que realmente o sistema funcione melhor sem essas discussões.

**O SR. GUSTAVO GAZINELLI (FONASC)** – Olha só, eu vejo o seguinte, enquanto essa Resolução não for corrigida, cabe a CTIL interpretar a Norma Legal, igual o Supremo Tribunal, às vezes, interpreta a Norma. Então, nós estamos aqui estabelecendo uma jurisprudência, não é que isso nós estamos fazendo? Que vai valer para todo o sistema. Então, eu acho que para além das discussões internas do Comitê da Bacia e não levando a questão para o lado pessoal fulano que é presidente ou (...) o do Comitê “X” ou “Y”. Nós estamos aqui tentando fazer uma interpretação da norma. Uma interpretação da norma. Então, eu acho que o... Nós estamos estabelecendo uma jurisprudência. Então, a decisão que nós vemos tomar aqui não é a decisão para CBH São Francisco, com todo respeito. É uma decisão para todo o sistema. A posição que nós tomarmos aqui hoje, enquanto não existir essa revisão, que não sei quando que vai acontecer e como vai acontecer, ela vai valer para o sistema como um todo. Então, eu acho que aqui são várias questões, eu acho, por exemplo, eu gostaria de saber eu não li todo o processo, eu procurei me informar sobre o mérito da discussão. Por exemplo, esse questionamento da ANA ele foi feito antes ou depois de eleição? Isso para mim é importante saber. Foi feito antes da eleição. Mas por que, que só chegou aqui agora? Quer dizer, se foi feito antes, quer dizer, depois da eleição nós vamos estar discutindo um questionamento que foram feitos antes.

(Interferência fora do microfone. Inaudível)

**O SR. GUSTAVO GAZINELLI (FONASC)** – Pega, por favor. Então, eu acho assim, se foi feito antes, excelente, agora se foi depois é de se estranhar. Primeiro ponto que eu acho que é importante observar. Antes... E agora, eu acho que aqui, existe uma questão que eu acho seria, o Comitê ele estabeleceu um ano a mais de mandato para esse mandato que vai ser renovado. Então, eu acho assim, eu até discordo dos dois terços ali considerados como mandato, eu acho que deveria ser metade, o cara cumpriu metade já é considerado como mandato, mas assim, são duas coisas diferentes, assim, por um lado prevalece o entendimento do Comitê de que o mandato vale, não. Não vale o mandato parcialmente cumprido. Por outro lado ele dá mais um ano e se você fizer a somatória desse um ano a mais, aqueles dois terços que ele veda, estariam ultrapassados. Então, eu acho assim, eu acho que não é uma decisão trivial essa que nós estamos tomando aqui, porque ela vale para o sistema como um todo. Eu acho que esse debate não é para o problema só do São Francisco, com todo respeito, é para o sistema como um todo. Ele vai valer como jurisprudência, a norma que nós tomarmos aqui, a interpretação da lei que nós tomarmos aqui vai valer para todo mundo. Então, agora realmente se o questionamento foi feito depois da eleição aí, realmente, eu não sei nem porque ele está aqui, porque você estabelece uma regra... No caso a Regra Federal ela não estabeleceu a regra específica dessa situação. Então, quer dizer, porque questionou depois de eleito. Agora se questionou antes, ok, vamos debater aqui. Agora a decisão que nós estamos tomando aqui, que poderia já ter sido tratada no âmbito dos comitês do Velhas e do Urucuia, embora sejam comitês estaduais e não federal é diferente do São Francisco, aí não sei dizer em que medida o Estado tem autonomia para arbitrar sobre isso, ainda, que passando por cima de lei ou fazendo uma interpretação sobre essa lacuna da lei, é mais ou menos isso.

**A SR<sup>a</sup>. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP)** – Eu vou ser um pouco mais breve. Concordo muito com o que foi colocado pela EldIs, pelo representante da CTIL do Comitê, e pela **Sonali**. Eu infelizmente vou ter que deixar a reunião porque eu tenho voo daqui a pouco. E eu queria só manifestar o meu voto no sentido de referendar o Regimento Interno Comitê e a eleição como ela foi feita. Tudo que já foi argumentado aqui, não preciso ficar repetindo. Concordo que há uma lacuna que a Resolução 05 ela precisa ser revista, essa lacuna já que ela existe, ela pode ser sim regularizada pelo Comitê ele tem autonomia normativa para isso e é nesse sentido o voto do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. GUSTAVO GAZINELLI (FONASC)** – Obrigado. Lívia. Não temos nesse modo mais ninguém inscrito.

**O SR. GUSTAVO** – Se a ANA fez essa... Gostaria de saber.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Vamos ver aqui a data logo do Ofício só para não ter dúvida. O Ofício foi 4 de agosto de 2016. A eleição foi em setembro. Só que entre aí tem a parte... Eu vou falar porque veio internamente ao Conselho. Foi encaminhado do Presidente da ANA ao Ministro de Estado como do Conselho, como Presidente do Conselho veio a tramitação interna. Então, entre a tramitação chegar ter parecer técnico e tramitar, ele não foi célere o suficiente para ter uma posição antes da eleição. Então, não teve, o Comitê não teve uma posição fechada técnica administrativa antes da eleição, porque até ir para CONJUR e todo o nosso procedimento a eleição ocorreu, era um processo que foi

chamado cumprido todo o seu rito. O Comitê não teve nenhum conhecimento prévio oficial sobre isso. Quanto o que está se vendo aqui, só para ajudar, tentar é que teve... O que está se questionando é sobre o que o Regimento Interno foi modificado e cobriu uma lacuna. Se isso é possível, como fala que sim. Então, está claro que pode. Se for não, é porque não poderia. Agora a questão de mandato, tem mandato de dois, de três, de quatro a Resolução ela é aberta mesmo... Pode até ser 10. Pode ser imoral, mas ilegal não é, se a CTIL de um lugar sentar e o Plenários do Comitê falar que um presidente de Comitê de Bacia Federal tem 10 anos de mandato, ele terá. Porque a resolução não diz o mandato de comitês, então esta é a uma outra lacuna da Resolução. Tem comitês federais que colocam dois, tem comitês federais que colocam três como era esse e tem comitês que colocam quatro.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Que refere-se ao mandato de todos os membros.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – De todos os membros. Eu estou falando isso porque, também, nós detectamos uma lacuna até de mandatos, não só de vacância, mas também de mandatos. Então, nós temos uma necessidade que nós internamente no Conselho e na Secretaria Executiva do Conselho já debatemos que independe, nós temos que sanar isso em uma revisão, até porque, tem 17 anos e sempre é bom uma revisão na dinâmica da instituição dos comitês, mas o Comitê de Bacias do São Francisco fez uma modificação no seu Regimento Interno levando na consideração deles, da lacuna da Resolução maior do Conselho 05. Se referendarmos o que o Comitê fez, está referendado, está tudo certo todas as modificações e partimos para um outro momento, se for o caso, se referendarmos. Aí partimos para um momento dois que é, dentro do plano de trabalho da CTIL, o Grupo de Trabalho vai se debruçar como outras coisas, com celeridade necessária porque enquanto isso acontecer com isso a jurisprudência de mexida está correta e se for assim. Então, nós teríamos que ver até para dizer, até onde são os limites dos comitês estaduais tanto de mandato, quanto de recondução com forma de recondução, aí nós teríamos que nos debruçar até em outras coisas que a própria Resolução 05 dá, que é dá própria formatação de comitês, não é só sobre mandatos, ela diz como se forma os comitês. Aí caímos em coisas importantes, aí vamos entrar em temas fundamentais, eu tenho que montar um Comitê inteiro de uma bacia inteira, aí nós vamos entrar um pouco no que a proposta de legados (...). Então, nós teremos que nos debruçar com... E precisamos mesmo porque 17 anos vale a pena. Nem que seja debruçar e falar é o isso mesmo, mas que nós temos que (...) nos debruçar e ver o que vida real nos colocou, isso é fundamental. Então, eu vou passar aqui, mas nós estamos no encaminhamento o (...) já tinha se inscrito antes de eu pegar a palavra. Tem o Ney e tem o Júlio.

*(Interferência fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Que nós vamos passar para o que está nesse processo administrativo em julgamento, se o procedimento de mudança de Regimento Interno do Comitê seguiu a legalidade e não feriu a Resolução 05, porque a mesma estava com uma lacuna que essa é a tese, é isso que nós estamos julgando aqui.

**O SR. NEY MURTHA (ANA)** – Está claro que a ANA levantou a questão antes da eleição, mas enfim, os desdobramentos já estão colocados. Trago aqui, Nivaldo o caso do CBH Doce que passou por um processo muito semelhante com a renúncia da prefeita da presidente do Comitê Elisa Costa, o presidente Leonardo exerceu um mandato complementar. E a interpretação foi dada pela Plenária foi de que esse foi um procedimento normal do ponto de



vista das regulamentações. Concordo com a tese de que há essa lacuna na Resolução do CNRH, assim como há outras lacunas na resolução do CNRH, entre elas a extensão de mandatos que tem provocado alguns problemas na implementação da política. Então, nós vamos no sentido aí de encaminhar por esse caminho.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Eu quero um adendo aqui que parece que eu me expressei de uma forma e o Júlio me lembrou... Quer dizer, nós vamos decidir sim, agora quem vai ter a palavra final sempre é o Plenário, porque vai para o Plenário, mas é que pode ser que eu tenha me expressado de uma forma um pouco mais, assim, pensando que aqui era terminativo. Aqui não é estância terminativa, a Câmara Técnica, mas ela é fundamental para levar uma posição para o Plenário do Conselho, tomar as decisões. Então, com as ponderações que nós temos.

*(Interferência fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Foi demanda do Plenário. Eu quero saber o que a CTIL acha, acha não, o que ela pensa o que ela deliberou dentro de Câmara Técnica. Então, dentro disso tudo entendendo, eu acredito que as falas foram todas já colocadas e nós temos já condições de deliberar sobre a posição da CTIL para ser levada para o Plenário e gostaríamos claro, se for necessário cada um faça o seu voto se achar que é necessário, grave em ata, mas no caso. Eldis quer falar? Vamos levantar só para o voto mesmo a mão, agora quem acha que quer lavrar, que quer fazer uma ponderação. Então nós vamos... Pode ser feito com tranquilidade como foram feitas todas aqui, todas as votações, então com as posições que foram já colocadas. Quem se manifesta pela convalidação do ato ou ratificando o ato da mudança do Regimento Interno do Comitê de Bacia se manifeste, por favor, só manifestação. Então, nós temos. Contagem: um, dois três, quatro, cinco, seis... É mais fácil mais fácil por... A Lívia. Vamos fazer por contagem. Quem é contrário à ratificação do Comitê? Nenhum voto contrário. Quem se abstém? Duas abstenções. Então, com isso a CTIL convalida e reafirma os atos feitos no Regimento Interno do Comitê de Bacia. Muito obrigado. Perfeito, por favor, (...) pode registrar.

**O SR. JOSE QUADRELLI (CNI)** – Não sou advogado tampouco juiz. Então, a minha abstenção é por não ter capacidade de julgar se o ato é legal ou não é legal, mesmo tendo ouvido os fatos e tudo mais. Então, abstenho-me sobre a legalidade, mas eu coloco a posição contrária do setor ao que foi feito. Pela questão já colocada anteriormente de entender que isso enfraquece o sistema, porém é uma oportunidade de melhoria. Também não vou ser aí o julgador de que tudo é ruim. Foi identificado uma oportunidade de melhoria. Então, vamos nos debruçar em cima dessa Resolução o quanto antes possível, para que nós possamos vencer e melhorar o sistema.

**O SR. GUSTAVO GAZINELLI (FONASC)** – Presidente eu também gostaria de me manifestar a abstenção do Fonasc a nossa justificativa. Eu penso assim, não temos uma... Eu aqui estou representando o Fonasc. Então, eu vou falar como se fosse o Fonasc mesmo, me foi delegada essa condição. Eu acho... O problema dessa decisão é o aspecto da retroatividade dela. Então, quanto a isso nos achamos bastante questionável a validade dela do ponto de vista da retroação, se ela fosse uma validade... Tivesse uma validade para as próximas eleições, nós concordaríamos. Respeitado o poder do Comitê e também gostaria de registrar que infelizmente eu acho que a ANA nesse processo ela se manifestou do ponto de vista da

eficácia de forma intempestiva, apesar de ter sido antes da eleição, ela tinha que ter feito essa manifestação na época da publicação do edital. Então, eu acho que isso é prejudicou, inclusive, a análise tanto que os companheiros da ANA eles não parecem não terem sustentado aqueles que constam do processo aqui na reunião, quer dizer, já deve ter mudado de posição a respeito. Então, eu espero que numa próxima... Eu espero que isso seja... Eu... Para mim está claro que compete ao Comitê estabelecer um mandato das suas diretorias dos conselheiros e tal. Isso é uma prerrogativa do Comitê. Por outro lado, não me parece razoável que o Comitê mude esse prazo de mandato alterando essa norma em cima dessa situação isso daí eu acho, realmente, lamentável, mas por tudo que já foi dito aqui e eu até votaria favorável, mas eu acho que tem esses aspectos aí que prejudicam esse nosso voto favorável. Então, nós nos manifestamos de forma a não ter uma posição nem si e nem não.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Antes de passar a palavra para o Presidente **Anivaldo** que já pediu que vai fazer as suas considerações. O **Ney** pediu a palavra.

**O SR. NEY MURTA (ANA)** – Só para esclarecer o Gustavo, que citou a ANA e suas posições. Gustavo, nós não podemos manifestar logo no lançamento do edital, porque esse fato só se configurou com a candidatura, efetivamente, registrada e colocada. Então, o edital abriu para as candidaturas estabeleceu o prazo e o alerta foi feito entre o edital e a eleição. Então, nós não consideramos que foi extemporânea, a ANA ela não faz, não tem a prerrogativa de fiscalizar ou cumprimento dos regulamentos é feito pelo CNRH pelo Ministério e o órgão jurídico que apoia o Ministério e a CONJUR. Então, nós simplesmente comunicamos. Não somos atores, protagonistas desse imbróglio, nós acompanhamos de, alguma maneira, tentamos alertar, mas enfim. É só para esclarecer essas dúvidas.

**O SR. ROBERTO (CBHSF)** – Bom, eu queria agradecer a atenção dessa Câmara, o Dr. Júlio, o Dr. Sérgio, o Dr. Jair. O debate foi muito produtivo, muito profícuo todas as questões foram postas aqui, todas as dúvidas foram tiradas e eu saio daqui convicto de que a decisão dessa Câmara foi mais do que acertada. A decisão aqui vai permitir que a Resolução 05, seja revista são 17 anos e vai não só atualizar todos os assuntos que tratados por ela, mas como suprir todas as lacunas relativas a mandatos, tempo, conforme o Dr. Sérgio falou. Essa Câmara a partir de hoje tomou uma decisão importante e fez história e isso será relação ido o futuro. Obrigado.

**O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF)** – Vou na mesma direção do Doutor Roberto. E dizer o seguinte, para nós é gratificante observar que de um assunto controverso com sinal de negatividade, nós produzimos aqui uma coisa bastante propositiva que é essa intenção de fato, atualizar a Resolução 005. Em fazer isso em absoluto clima de, digamos assim, de tranquilidade, a Câmara Técnica Institucional Legal esta Câmara de fato estabeleça um equilíbrio o mais sábio possível, entre a necessidade de se respeitar a autonomia dos comitês e por outro lado à necessidade de prevenir, evidentemente, situações abusivas. Eu acho que esse equilíbrio caberá a CTIL alcançar. Não seria demais evidentemente dar um certo período para que os próprio Comitês possam também se manifestar sobre isso, é sobre bom ampliar o processo do debate. E para que a coisa não termine nesse clima de coisa controversa, eu quero dar uma boa notícia. Na última sexta-feira aqui mesmo em Brasília a Plenária do nosso Comitê aprovou a nova metodologia de cobrança pelo uso das águas do Rio São Francisco, bem como atualizou também os presos por esta cobrança. Foi também um processo longo, nós procuramos... Investimos na construção com recurso da própria cobrança na construção dessa metodologia, metodologia foi construída digamos, incorporando mecanismos modernos para premiar os usuários das águas que procuram fazer o uso racional,

investimos em uma empresa que visitou todas as regiões, as diferentes culturas fez estudo de mercado, comparou com experiência de outros países, e enfim e produziu uma minuta que realmente procura incorporar o esforço de quem de fato... Diferenciar na cobrança quem, de fato, investe em nova tecnologia, investe em uso racional, e premiar esses que fazem isso diferentemente daqueles que não se mobilizam para nada, mesmo diante da crise profunda que está aí para melhorar esse uso racional. Foi um grande diálogo demorou um grande tempo, nós tivemos o cuidado de discutir isso em reuniões extraordinárias de cada Câmara Técnica executiva regional, tanto do auto como do médio, como do submédio e do baixo, e para, além disso, todos os setores de usuário tiveram tempo hábil por quase dois meses de apresentar por escrito as suas contribuições. Houve um intenso, uma intensa negociação entre companhias de abastecimento de água, hidrelétricas estavam presentes, embora de uma forma não diretamente ligada ao assunto do custo de água, mas contribuíram também, bem como, irrigantes tanto pequenos como grandes irrigantes lá estavam também presentes representantes da indústria e, enfim, de todos os setores, principalmente, aqueles que fazem o uso de água e para pagam para essa possibilidade. Então, eu quero dizer isso aqui, porque é importantíssimo que os próprios comitês se adiantem ao Conselho Nacional, no cumprimento daquelas prerrogativas que a lei lhes dá. Era uma coisa que estava atrasada de dois três anos e nós agora pretendemos ter um mecanismo que essa atualização se faz lá dentro dos prazos corretos, até para criar cultura de, que nós queremos arrecadar recursos não só para cumprir as metas de plano que nós aprovamos e atualizamos o ano passado, mas também como elemento pedagógico de primeira ordem para de fato fazer com que o uso da água seja racional. Então, foi um grande momento eu estou aqui compartilhando porque seguramente servirá de inspiração assim como foi o processo recente do Rio Pará, será inspirador para outros comitês, de fato, se adiantem no prazo correto e no tempo correto desenvolvam as suas metodologias dentro do que há de melhor na legislação moderna. Muito obrigado.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Obrigado Anivaldo, obrigado pela presença esperamos tê-lo aqui com outras pautas como está. Tivemos a presença do Francisco do PCJ ontem conosco e que venha sempre que possível, para dar notícia de outras coisas que para nós é importante entendemos a movimentação pelo representante que o Paulo dos comitês. De como estão se comportando, porque nós temos que apreender, nós temos que ver o que está acontecendo com essa dinâmica do fortalecimento do sistema. Sucesso, boa sorte. E agora essa matéria será encaminhada ao Plenário na próxima Reunião Extraordinária que está prevista até a primeira quinzena de outubro. Nós vamos fechar ainda essa data. Obrigado.

